



Resposta à interpelação escrita apresentada pela Sr.ª Deputada à Assembleia Legislativa, Lo Choi In

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, e tendo em consideração os pareceres da Direcção dos Serviços de Finanças (DSF), da Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (DICJ) e da Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana (DSSCU), apresento a seguinte resposta à interpelação escrita da Sr.ª Deputada Lo Choi In, de 24 de Março de 2023, enviada a coberto do ofício da Assembleia Legislativa n.º 379/E292/VII/GPAL/2023, de 18 de Abril de 2023, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo, em 19 de Abril de 2023:

1. Entre as cerca de 230 empresas aderentes ao “Projecto-Piloto de Recolha de Resíduos Alimentares provenientes dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas”, estão incluídos vários hotéis. Além disso, cerca de 80% dos hotéis premiados com o “Prémio Hotel Verde Macau” já implementaram os trabalhos de recolha de resíduos alimentares, alguns dos quais já possuem máquinas próprias para o efeito. Por outro lado, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) tem vindo a recolher os resíduos alimentares domésticos através dos Centros Ambientais Alegria, dos Postos de Reciclagem Limpa instalados na rua, bem como das máquinas inteligentes de recolha de resíduos alimentares. Após a conclusão da construção do Centro de Recuperação de Resíduos Orgânicos, a DSPA irá ampliar a rede de recolha de resíduos alimentares e disponibilizar uma frota especial de veículos para recolher os resíduos alimentares provenientes dos sectores industrial e comercial.

A DICJ salientou que, na candidatura ao concurso público para a atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, as respectivas concessionárias devem apresentar claramente os seus compromissos



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
環境保護局
Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental

(譯本 Tradução)

e planos nos diversos domínios, nomeadamente no âmbito de projectos relacionados e não relacionados com o jogo, expansão das fontes de visitantes dos mercados do exterior, cumprimento das responsabilidades sociais (incluindo o apoio às actividades de educação, investigação científica, protecção ambiental, cultura e desporto), entre outros. A DICJ, como entidade fiscalizadora da exploração e das actividades de jogo, irá, no âmbito das suas atribuições e no cumprimento da legislação e regulamentos, executar rigorosamente os trabalhos de fiscalização, assegurando o cumprimento das obrigações legais e contratuais por parte das concessionárias.

2. Neste momento, a DSPA está a recolher os pareceres do sector de reciclagem sobre o actual estado de exploração do sector para servirem de referência na elaboração de políticas a longo prazo.

A DSF salientou que, no que concerne ao impulsionamento do desenvolvimento da indústria ambiental, actualmente, não há uma política de benefícios fiscais destinada apenas ao incentivo à recolha de resíduos alimentares. No entanto, ao abrigo das disposições da Lei n.º 1/2021 (Regime de Benefícios Fiscais para as Empresas que Exerçam Actividades de Inovação Científica e Tecnológica), os exploradores da indústria ambiental que cumpram as condições podem, através da apresentação da sua candidatura, e após ter sido aprovada a mesma, gozar dos diversos benefícios fiscais, nomeadamente o imposto complementar de rendimentos, o imposto do selo sobre a transmissão de bens, a contribuição predial urbana, etc.. Os trabalhadores das empresas qualificados também podem gozar dos benefícios relativos ao imposto profissional. Acredita-se que esses regimes de benefícios fiscais ajudem mais na aplicação das novas tecnologias na vertente da indústria ambiental.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
環境保護局
Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental

(譯本 Tradução)

3. A DSSCU salientou que o Governo da RAEM irá, tendo por base as metas do planeamento já delineadas, proceder ao aproveitamento eficaz dos recursos de terrenos, por forma a responder às necessidades do desenvolvimento económico de Macau e, nos termos do disposto da Lei do Planeamento Urbanístico e da Lei de Terras, articular activamente com as políticas relativas à actividade de reciclagem ou relacionadas com as energias renováveis.

O Director dos Serviços de
Protecção Ambiental,
Tam Vai Man
5 de 5 de 2023